



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0113/2023

UASG: 988561

Contratação de Pessoa Jurídica Especializada para Prestação dos Serviços de Seguro Veicular para a Frota da Secretaria Municipal de Educação, conforme edital e anexos.

O MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA, através da Secretaria Municipal de Administração, realizará a licitação, na modalidade “**Pregão Eletrônico**”, através do site: www.gov.br/compras. O Pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela **Portaria Nº. 1.839/2023** e regido pela Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Federal nº. 10.024 de 20 de setembro de 2019 e pela Lei Federal nº. 8.666/93, e suas alterações, demais normas pertinentes e condições estabelecidas pelo presente Edital. Fazem parte integrante deste Edital os Anexos I, II, III, IV e V.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

1.2 – Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Portal de Compras do Governo Federal.

1.3 – INÍCIO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS: **dia 24/05/2023.**

1.4 – INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **Às 09 horas do dia 05/06/2023.**

1.5. MODO DE DISPUTA: A etapa de lances da sessão pública será pelo sistema **Aberto/Fechado**, conforme Art. 33 do Decreto Federal Nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, sendo que:

1.5.1. A etapa de disputas aberta terá duração de 15 minutos. Após esse prazo o sistema entrará em modo de tempo aleatório de, no máximo, 10 minutos. Encerrando assim a etapa Aberta.

1.5.2. A etapa de disputa Fechada será iniciada então. Para essa etapa o autor da oferta mais vantajosa e aqueles com valores até 10% superiores a essa oferta serão convocados pelo sistema para que ofertem um lance final e fechado num prazo fixo de 5 minutos. Não havendo no mínimo 3 ofertas, nas condições acima, o sistema convocará os autores dos melhores valores subsequentes, no máximo de 3, para ofertarem lance final e fechado. Ou seja, chamam-se mais 3, se houver. O



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar valor menor, em até 5 minutos após a convocação.

1.5.3. Quando houver somente propostas iniciais sem lance serão aplicados os critérios de desempate previstos nos art. 36 e 37 do Decreto nº 10.024, de 2019. Caso o empate persista, haverá sorteio eletrônico pelo sistema dentre as propostas empatadas.

1.6. Conforme previsão contida no Art. 15 (Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019), o valor máximo aceitável para o processo em questão possui **caráter sigiloso**, sendo disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

1.7. Conforme previsão contida no Art. 30, § 3º (Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019), o intervalo mínimo entre lances para o certame em questão será de **0,50%**.

1.8. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Observado o prazo legal, o licitante poderá formular consultas via correio eletrônico (compras.administracao@cachoeirinha.rs.gov.br) ou por telefone (51) 3041-7166, informando o número do Pregão Eletrônico e o objeto licitado.

1.9. EQUIPE RESPONSÁVEL PELO PREGÃO – Eraldo Veronezi Alvares Junior, Charlante Stuart da Silva, César Felipe da Silva Fonseca, Alex de Oliveira Henrique, Vanessa Moraes Vieira, Tatiana Aust da Silva, Daniela Gordin Panni e Patrícia Carvalho Gomes.

2. DO OBJETO

2.1 – Contratação de Pessoa Jurídica Especializada para Prestação dos Serviços de Seguro Veicular para a Frota da Secretaria Municipal de Educação, conforme edital e anexos.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Código Reduzido: 311

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

Ação: 2034 – Manutenção do SMED

Vínculo: 05000020 – Recursos não Vinculados de Impostos / MDE

Subelemento: 33390396900000000000 – Seguros em Geral

4. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - Os serviços serão executados de acordo com o disposto no Termo de Referência, devidamente supervisionado pela Secretaria Municipal de Educação.

5. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

5.1 – O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura das propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa.

6. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

6.1 – Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos possuidores de chaves de identificação e senha, fornecidos pelo provedor.

7.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, nos termos do artigo 87, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93, inclusive nas hipóteses do artigo 88 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- c) enquadrada no disposto do art. 9º da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações;
- d) estejam impedidos de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

7.3. *As Licitantes que desejarem obter os benefícios de preferência concedidos às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, deverão declarar, em campo próprio do sistema, sob as penas da Lei, que cumprem com os requisitos legais, estando aptas a usufruir o tratamento diferenciado estabelecido, nos termos dos artigos 42 a 49 (Lei Complementar Federal nº 123/06).*

7.3.1. *Quando da opção pela declaração da condição de ME/EPP de acordo com o item 7.3, a empresa declara também que não se enquadra em nenhum dos incisos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.*

8. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

8.1 – O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos licitantes vencedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e a escolha da proposta de menor preço;
- g) verificar a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- m) constada ocorrência que em tese possa configurar irregularidade no processo licitatório, emitir parecer técnico ou documento equivalente, contendo os dados de identificação do licitante e a descrição detalhada dos fatos caracterizadores da infração constatada, submetendo-o ao Superintendente de Compras e Licitações para que adotará as providências cabíveis para instauração de processo administrativo sancionatório, conforme previsto no Decreto Municipal nº 7589, de 27 de dezembro de 2022;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

9 – DO CREDENCIAMENTO

9.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e permite a participação dos interessados nas licitações eletrônicas realizadas pela Prefeitura Municipal de Cachoeirinha.

9.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

9.3. O Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Licitação.

9.4. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

9.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da Habilitação.

10 – DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

10.1 – Para julgamento das propostas será adotado critério de **MENOR VALOR DO ITEM.**

10.1.1 – Os licitantes deverão cadastrar sua proposta em cada item e utilizar somente duas casas decimais (valores unitários e totais).

10.2 – Poderão ser desclassificadas as propostas que:

10.2.1 – Não atenderem às disposições contidas neste edital;

10.2.2 – Apresentarem preço incompatível com os preços de mercado.

10.2.3 – Apresentarem vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

10.3 – Serão DESCLASSIFICADAS as propostas que:

10.3.1 – Cotarem o valor unitário ao invés do VALOR TOTAL DO ITEM.

10.3.2 – Ofertar valor inexecutável para a prestação dos serviços licitados.

OBS: Poderão ser admitidos pelo Pregoeiro, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

11 – DA PARTICIPAÇÃO

11.1 – A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados a data e horário limite estabelecidos.

11.2 – Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

12 – DA ABERTURA

12.1 – A partir do horário previsto no edital e sistema, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

12.2 – Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

12.3 – Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

12.4 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.5 – Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

12.6 – Antes de anunciar o vencedor o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

12.7 – O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

12.8 – A proposta de preços será definitiva e não reajustável, e deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias.

12.9 – O licitante deverá indicar na proposta às exigências constantes no Anexo I.

12.10 – Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para receber a Autorização de Fornecimento (AF)/Ordem de Serviço (OS) ou assinar o contrato no prazo e condições definidos neste Edital.

12.11 – Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a Autorização de Fornecimento (AF)/Ordem de Serviço (OS) ou não apresentar situação regular no ato do recebimento da Autorização/Ordem, estará sujeito às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações. Neste caso, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a habilitação dos licitantes, observado a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, podendo ser o respectivo, convocado para negociar redução do preço ofertado.

12.12 – Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

12.13 – Os lances ofertados na sessão pública deverão obedecer ao valor mínimo estabelecido em cada item.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E RECURSOS

13.1 – Impugnações ao ato convocatório do pregão, bem como os pedidos de esclarecimento serão recebidos até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da licitação, conforme Arts. 23 e 24 (Decreto Federal 10.024 de 20 de setembro de 2019).

13.1.1 – Tanto o pedido de Impugnação, quanto o pedido de esclarecimento, poderão ser enviados pelos interessados através do correio eletrônico informado no edital



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

(compras.administracao@cachoeirinha.rs.gov.br), **até no máximo as 17:00** (horário de expediente deste Executivo Municipal), para que seja considerado como recebido no dia, cabendo única e exclusivamente à empresa interessada a verificação do efetivo recebimento por parte do Pregoeiro do processo em questão, sendo que as impugnações e pedidos de esclarecimentos enviados após o horário estabelecido serão considerados como recebidos somente no próximo dia útil.

13.2 – Ao final da sessão, o licitante que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção através do sistema eletrônico, imediatamente após a fase competitiva, com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis, desde que a intenção de recorrer seja acatada pelo pregoeiro. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

13.3 – Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

13.4 – Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

13.5 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

13.6 – Os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo.

13.7– O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14 – DA PROPOSTA DE HABILITAÇÃO

14.1 – **Para comprovar a habilitação, todos os licitantes deverão enviar por meio de funcionalidade disponível no sistema, os documentos aqui exigidos em forma digital, junto com sua proposta financeira até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. Não haverá necessidade de envio dos originais após a fase de lances, porém todos os documentos de habilitação deverão ser anexados ao site para que os demais licitantes possam analisar. Após a**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

etapa de lances o pregoeiro poderá, se julgar necessário, convocar o arrematante para envio de sua proposta corrigida ou a atualização de algum documento de habilitação.

14.1.1 – Habilitação

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, acompanhado de prova de seu registro ou inscrição e de eleição de seus atuais administradores, em se tratando de sociedades comerciais ou sociedades por ações;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ**;

f) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, com validade na data de abertura da Licitação;

g) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública **Municipal** do domicílio da licitante, com validade na data de abertura da Licitação;

h) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública **Estadual**, com validade na data de abertura da Licitação;

i) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública **Federal** (Receita Federal e Dívida Ativa da União), que contemple às contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do Art. 11 da Lei Federal nº 8.212 de 24 de julho de 1991, com validade na data de abertura da Licitação;

j) Declaração da empresa de que está cumprindo o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e de que comunicará qualquer fato Superveniente Impeditivo, que concorda com todas as condições do Edital e seus anexos e que não emprega servidor de Cachoeirinha/RS (**Anexo III**);

k) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de expedição **não superior a 90 dias** da disputa;

l) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão, nos termos do título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943. (LEI Nº. 12.440, DE 7/07/2011);



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

m) Declaração formal de disponibilidade de pessoal e aparato técnico considerado essencial para o cumprimento do objeto do edital, bem como de ciência e aceite das condições impostas pelo instrumento convocatório;

n) Atestado de prestação de serviço anterior, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível com o objeto da presente licitação.

14.2 – Será consultado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis). Caso conste qualquer sanção contra a licitante (**incluída pela Administração Municipal**), a empresa será desclassificada.

14.3 – Caso as certidões expedidas pelas Fazendas Estadual e Municipal, quando exigidas, não tragam consignados os respectivos prazos de validade, e estes não sejam do nosso conhecimento, o pregoeiro e sua equipe de apoio considerarão como máximos, os prazos de 90 (noventa) e 60 (sessenta) dias, respectivamente.

14.5 – Será aceito o Certificado do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), EXCLUSIVAMENTE em substituição a apresentação das seguintes CND's: FGTS, Municipal, Estadual, Federal e a Trabalhista (CNDT). O Certificado de Registro Cadastral substituirá apenas as referidas certidões, desde que estejam dentro do prazo de validade na data de abertura das propostas. Os demais documentos deverão ser anexados.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Sanções Relativas à Licitação:

15.1.1. Os licitantes que desatenderem quaisquer exigências do Edital e seus Anexos, garantida a prévia defesa e, de acordo com a conduta reprovável (infração), estarão sujeitos às sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº. 10.520/2002, conforme especificações abaixo:

I – Multas;

II – Impedimento de Licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

15.1.2. Para fins de aplicação das penalidades da cláusula anterior considerar-se-á a seguinte tabela:

GRAU	ADVERTÊNCIA	MULTA COMPENSATÓRIA (% do valor estimado para a contratação)	Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública e descredenciamento
01	SIM	NÃO	NÃO
02		1,0% por ocorrência	NÃO
03		2,0% por ocorrência	Mínimo: 1 mês – Máximo: 1 ano.
04		3,0% por ocorrência	Mínimo: 1 ano – Máximo: 3 anos.
05		5,0% por ocorrência	Mínimo: 1 ano – Máximo: 5 anos.

15.1.3. Constituem ações e/ou omissões sujeitos a penalidades da cláusula anterior:

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
01	Descumprimento de obrigação legal ou editalícia que, por não impactar significativamente o procedimento licitatório e não causar prejuízos à Administração Pública, seja considerado como de pequena relevância	01
02	Desistir da proposta de preços após o início da fase de habilitação	02
03	Deixar de entregar a documentação exigida na licitação	02
04	Não manutenção do cadastro atualizado	02
05	Deixar de encaminhar os anexos do edital no prazo de convocação, durante a fase de aceitação	02
06	Cometer atos protelatórios, durante os procedimentos licitatórios, com intuito de adiamento dos prazos da licitação	02
07	Interpor recursos sem motivação fundamentada, ou com motivação descabida, ou com motivação genérica, prejudicando a condução da licitação	03
08	Não manter a proposta durante o prazo de validade da mesma	03
09	Não celebrar o contrato no prazo de convocação, durante a vigência de sua proposta	03
10	Não encaminhar a documentação solicitada em fase de diligência	04
11	Não comprovar a regularidade fiscal, no prazo fixado no Edital	04
12	Apresentar documentação falsa, inclusive anexando no site documentos adulterados ou com declaração falsa.	05
13	Fazer declaração falsa ou omitir informações	05
14	Cometer fraude fiscal	05
15	Comportar-se de modo inidôneo ou reincidência nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10.	05

15.1.4. No processo administrativo sancionatório, que observará as disposições da Lei 8.666/93, da Lei 10.520/02 e do Decreto Municipal 7589, de 27/12/2022, é assegurado o direito ao contraditório e a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

ampla defesa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

15.1.5. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido, a contar do recebimento da Notificação, em 15 (quinze) dias úteis.

15.1.6. As sanções previstas de Multa e Impedimento de Licitar e Contratar poderão ser aplicadas cumulativamente.

15.2. Sanções relativas à Execução do Contrato ou do Fornecimento/Nota de Empenho:

15.2.1. O desatendimento, pelo CONTRATADO, de quaisquer exigências do Contrato ou Ata de Registro de Preços e seus Anexos, garantida a prévia defesa e, de acordo com a infração, o sujeitará às sanções administrativas previstas no artigo 7º da Lei nº. 10.520/2002 e artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme segue:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de Licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

15.2.2. Para fins de aplicação das penalidades da cláusula anterior, considera-se a tabela abaixo:

GRAU	ADVERTÊNCIA	MULTA	Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública e descredenciamento
01	SIM	NÃO	NÃO
02	NÃO	0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total do produto e/ou parcela mensal do contrato.	Mínimo: 1 mês – Máximo: 1 ano.
03	NÃO	05% (cinco por cento) sobre o valor do produto e/ou parcela mensal do contrato.	Mínimo: 6 meses – Máximo: 2 anos.
04	NÃO	05% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor do produto e/ou parcela mensal do contrato.	Mínimo: 1 ano – Máximo: 3 anos.
05	NÃO	10% (dez por cento)	Mínimo: 1 ano – Máximo: 5 anos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

		sobre o valor do produto e/ou parcela mensal do contrato.	
--	--	---	--

15.2.3. Constituem ações e/ou omissões sujeitos às penalidades constantes na tabela anterior:

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
01	Não entregar documentação simples, solicitada pelo Contratante	01
02	Atraso parcialmente justificado na execução	01
03	Atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, por até 30 dias	02
04	Desatender, no prazo, às solicitações do Contratante ou deixar de fazer as correções no objeto	02
05	Atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, por mais de 30 dias	03
06	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução do fiscal	03
07	Não manutenção das condições de habilitação e de licitar e contratar com a Administração Pública durante a vigência contratual	04
08	Inexecução parcial do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento	04
09	Inexecução total do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento	05
10	Cometimento de fraude fiscal, durante a execução do Objeto	05
11	Declaração, documentação ou informação falsa, ou adulteração de documentos, ou omissão de informações	05
12	Comportamento inidôneo ou reincidência nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08.	05

15.2.4. No processo administrativo sancionatório, que observará as disposições da Lei 8.666/93, da Lei 10.520/02 e do Decreto Municipal 7589, de 27/12/2022, é assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

15.2.5. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido, a contar do recebimento da Notificação, em 15 (quinze) dias úteis.

15.2.6. As sanções previstas de Multa e Impedimento de Licitar e Contratar poderão ser aplicadas cumulativamente.

16. DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA COMPRA

16.1 – Homologada a licitação pela autoridade competente, será emitido o contrato, visando a execução do objeto licitado.

16.2 – O Licitante Vencedor terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar o contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

solicitado pelo Licitante Vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

16.3 – Deverá ainda estar em dia com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Seguridade Social – CND.

16.4 – A recusa injustificada do licitante vencedor sobre o aceite da Autorização de Fornecimento (AF)/Ordem de Serviço (OS) e Contrato, dentro do prazo estabelecido sujeitará, ainda, o licitante à aplicação das penalidades previstas no item 15.1.

16.5 – A Autorização de Fornecimento (AF)/Ordem de Serviço (OS) e contrato poderão ser canceladas/rescindidos pelo MUNICÍPIO:

- a) unilateralmente, nos termos da legislação pertinente, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contida no art. 78 da Lei Federal 8.666/93;
- b) amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada pelo Município;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

17 – DO PAGAMENTO

17.1 – O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal.

17.2. Ocorrendo erro na apresentação da apólice e/ou da Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida ao fornecedor/contratado para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação da nova Nota Fiscal /Fatura devidamente retificada, iniciando-se nova contagem de tempo.

17.3. Caso o objeto não corresponda ao exigido no instrumento convocatório, a contratada deverá providenciar no prazo máximo de 02 (dois) dias contados da data de notificação expedida pela contratante, a sua adequação, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório, na Lei Federal nº. 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor.

17.4. Quando ocorrer atraso de pagamento pela Contratante (Administração), a Contratada fará jus a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota fiscal a ser paga, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IPCA (IBGE).

18 – DA ASSINATURA DO CONTRATO

Av. Flores da cunha, 2209 ó Cachoeirinha óRS CEP 94.910-003

E-mail: compras.administracao@cachoeirinha.rs.gov.br Site: www.cachoeirinha.atende.net Fone: (51)3041-7166



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

18.1 - A adjudicação do objeto relativo a esta licitação efetivar-se-á através de contrato.

18.2 - As obrigações das partes constam na minuta de contrato anexa (Anexo IV).

18.3 - O Licitante Vencedor terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para aceitar o contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante Vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

18.4 - O não comparecimento do licitante vencedor no prazo hábil para assinatura do contrato implicará na aplicação das disposições contidas no artigo 7º da Lei 10.520/02 e no artigo 64 da lei 8.666/93.

19 – DA RESCISÃO

19.1 – O contrato, se houver, será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização, nos casos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, obedecendo, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal.

19.2 – Havendo possibilidade legal de a rescisão ser solicitada pela contratada, esta deverá notificar o Município mediante documento protocolado devidamente fundamentado e comprovado.

19.3 – A rescisão administrativa será apreciada e precedida de autorização escrita, e fundamentada pela autoridade competente, devendo a contratada manter a execução do contrato pelo prazo necessário para que o Município efetue nova contratação.

20 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 – O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou Autorização de Fornecimento/ Ordem de Serviço, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

20.2 – Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

20.3 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

20.4 – As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

20.5 – As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação, inclusive eletrônico, que possibilite o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado/União e/ou Jornal de grande circulação no Rio Grande do Sul.

20.6 – Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro, com base na legislação em vigor.

20.7 – A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos do presente Edital.

20.8 – Os contratos/Autorizações de Fornecimento ou Ordem de Serviço poderão ter seus quantitativos acrescidos ou diminuídos em até 25% (vinte e cinco por cento) ou ainda prorrogados.

20.9 – A Administração poderá revogar a presente licitação, por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta ou anulá-la por ilegalidade, total ou parcialmente, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.10 – É facultada ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentação ou informações que deveriam constar originalmente da proposta.

20.11 – O prazo de entrega admite prorrogação, a critério do setor requisitante, devendo ser justificado por escrito, ou desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

a) superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de cumprimento do edital;

b) aumento das quantidades inicialmente previstas no edital, nos limites permitidos na Lei Federal 8666/93;

c) impedimento de cumprimento do Edital por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documentos contemporâneos a sua ocorrência;

d) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

20.12 – O Pregoeiro poderá desclassificar licitantes até a assinatura do Contrato, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento, e, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver conhecimento de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da Licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

20.13 – As informações e esclarecimentos relativos à presente Licitação serão fornecidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

20.14. Durante a fase de habilitação, caso o pregoeiro constate a falta de alguma certidão que possa ser substituída pelo SICAF, será realizada consulta ao SICAF. Caso a certidão esteja vigente no SICAF, este será utilizado na habilitação da empresa.

Cachoeirinha – RS, 24 de maio de 2023.

Cristian Wasem
Prefeito



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

ANEXO I**DESCRIÇÃO DO OBJETO**

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD
1	Apólice de seguro referente ao veículo VAN/UTILITÁRIO FORD TRANSIT MINIBUS 18 LUG. 2.0 16V DIESEL, Placas JBT9I07 – Cachoeirinha/RS , conforme coberturas e garantias especificadas no Termo de Referência.	UN	1
2	Apólice de seguro referente ao veículo VAN/UTILITÁRIO FORD TRANSIT MINIBUS 18 LUG. 2.0 16V DIESEL, Placas JBU5H52 – Porto Alegre/RS, conforme coberturas e garantias especificadas no Termo de Referência.	UN	1
3	Apólice de seguro referente ao veículo VAN/UTILITÁRIO FIAT DUCATO MAXICARGO 2.3 16V DIESEL, Placas JBD9E39 – Porto Alegre/RS, conforme coberturas e garantias especificadas no Termo de Referência.	UN	1

HAVENDO DIVERGÊNCIA ENTRE OS TEXTOS DAS DESCRIÇÕES ACIMA E AS DISPOSTAS NO SITE COMPRASNET, PREVALECERÁ À DESCRIÇÃO ACIMA.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

À Prefeitura Municipal de Cachoeirinha

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0113/2023.

- RAZÃO SOCIAL:
- CNPJ:
- PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA.
- ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA EMPRESA.
- DATA DA ASSINATURA.
- FONE:
- CELULAR:
- E-MAIL:

OBSERVAÇÕES:

A DISPUTA SE DARÁ PELO VALOR TOTAL DO ITEM.

A PROPOSTA DEVE SER EFETUADA E INCLUÍDA NO SITE www.gov.br/compras COM O VALOR TOTAL DO ITEM.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA-RS

A empresa _____ (Nome da Empresa) _____, estabelecida à _____ (Endereço Completo) _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º _____, declara sob as penalidades cabíveis que concorda com todas as condições do Edital e seus anexos para participação no **Pregão Eletrônico n.º 0113/2023**, e que comunicará qualquer fato superveniente impeditivo.

Declaramos também que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Declaramos, sob as penas da Lei, que não possuímos em nosso quadro de pessoal, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado do Poder Executivo do Município de Cachoeirinha, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias, nos termos dos Arts. 9º e 84º da Lei Federal nº 8.666/93.

Declaramos, sob as penas da Lei, que temos disponibilidade de pessoal e aparato técnico considerado essencial para o cumprimento do objeto do edital, bem como de ciência e aceite das condições impostas pelo instrumento convocatório.

Local e Data,

(nome e identificação do representante legal)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

ANEXO IV MINUTA DO CONTRATO

O **Município de Cachoeirinha**, com sede na Avenida Flores da Cunha, nº. 2209, nesta cidade, CNPJ/MF nº 87.990.800/0001-85, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. **Cristian Wasem**, a seguir denominado simplesmente CONTRATANTE e, estabelecida na RuaCNPJ/MF nº....., a seguir denominada CONTRATADA, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, firmam o presente contrato de prestação de serviço, relativo ao **Pregão Eletrônico nº. 0113/2023**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Pessoa Jurídica Especializada para Prestação dos Serviços de Seguro Veicular para a Frota da Secretaria Municipal de Educação, conforme edital e anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 Os serviços objetos desta licitação, serão executados e supervisionados pela Secretaria Municipal de Educação de acordo com o disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 - A ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA fica obrigada a:

- 3.1.1 Assinar o contrato, relativa ao que lhe for adjudicado;
- 3.1.2 Cumprir fielmente as cláusulas contratuais, sob pena de se sujeitar às sanções estabelecidas;
- 3.1.3 Responder, integralmente, pelas perdas e danos que vier a causar ao MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA-RS ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 3.1.4 Permitir e facilitar à Fiscalização a inspeção em qualquer dia e hora devendo prestar todos os informes e esclarecimentos por esta;
- 3.1.5 Assumir todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do contrato, correndo por sua conta exclusiva a quitação desses tributos;

Av. Flores da cunha, 2209 ó Cachoeirinha óRS CEP 94.910-003

E-mail: compras.administracao@cachoeirinha.rs.gov.br Site: www.cachoeirinha.atende.net Fone: (51)3041-7166



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

3.1.6 A Contratada terá o prazo de 10 (dez) dias consecutivos para a entrega das apólices, contados a partir da assinatura do contrato;

3.1.7 Indicar, no ato de emissão e entrega da apólice e sempre que ocorrer alteração, 01 (um) funcionário para representá-la perante a Contratante, devendo este preposto responder por todos os assuntos relativos à execução do Contrato e atender aos chamados do Gestor da frota, principalmente em situações de urgência, inclusive nos finais de semana e feriados, por meio de telefonia móvel ou outro igual eficaz;

3.1.8 Ressarcir todo e qualquer dano causado à Contratante ou a terceiros, em decorrência de ação ou omissão de sua responsabilidade ou de seus empregados, prepostos ou encarregados;

3.1.9 Dirimir qualquer dúvida da Contratante e prestar os esclarecimentos que forem solicitados acerca da prestação dos serviços, durante toda a vigência do contrato;

3.1.10 Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação vigente, bem como as suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando a Contratante de qualquer demanda ou reivindicação que seja de responsabilidade da Contratada;

3.1.11 Oferecer as seguintes coberturas:

- a) Cobertura para roubo, furto, batida parcial ou total, alagamento, incêndio e acidentes com terceiros;
- b) Danos Materiais a Terceiros: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- c) Danos Corporais a Terceiros: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- d) Dano Moral: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- e) Morte/Invalidez: R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e;
- f) Assistência 24 Horas com guincho até 100 km (cem quilômetros)

3.2 - A ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA não será responsável:

3.2.1 - Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;

3.2.2 - Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste contrato.

3.3 - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA-RS

3.3.1 Comunicar à CONTRATADA as irregularidades manifestadas com relação ao objeto contratual;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

3.3.2 Acompanhar e supervisionar o desenvolvimento das atividades realizadas pelo contratado durante o tempo de realização do serviço;

3.3.3 Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta dias) após o recebimento da Nota Fiscal. Ocorrendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação da nova Nota Fiscal/Fatura devidamente retificada, iniciando-se nova contagem de tempo;

3.3.4 Permitir e facilitar a vistoria dos veículos segurados;

3.3.5 Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias à plena cobertura dos veículos descritos neste Termo de Referência;

3.3.6 Informar à Contratada sempre que houver sinistro com os veículos.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal.

4.2 – O pagamento será condicionado à apresentação junto da nota fiscal do serviço prestado, de comprovante de regularidade junto ao INSS e FGTS.

4.3 - Ocorrendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ela será devolvida ao fornecedor/contratado para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação da nova Nota Fiscal/Fatura devidamente retificada, iniciando-se nova contagem de tempo.

4.4 – Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente, devendo o fornecedor informar o número do banco, da agência e conta bancária.

4.5 – Quando ocorrer atraso de pagamento pela Contratante (Administração), a Contratada fará jus a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota fiscal a ser paga, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IPCA (IBGE).

4.6 – No preço contratado deverão estar incluídos todos os custos da Contratada, inclusive os pertinentes aos encargos sociais e trabalhistas, os fretes, os seguros, as taxas e/ou tarifas, os tributos de qualquer natureza, federal, estadual e municipal e, ainda, as demais despesas que direta e indiretamente incidem ou venham a incidir sobre o objeto contratado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1 - O preço do presente contrato é o disposto conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid	Qtde	Valor Total
1	Apólice de seguro referente ao veículo VAN/UTILITÁRIO FORD TRANSIT MINIBUS 18 LUG. 2.0 16V DIESEL, Placas JBT9I07 – Cachoeirinha/RS, conforme coberturas e garantias especificadas no Termo de Referência.	UN	1	
2	Apólice de seguro referente ao veículo VAN/UTILITÁRIO FORD TRANSIT MINIBUS 18 LUG. 2.0 16V DIESEL, Placas JBU5H52 – Porto Alegre/RS, conforme coberturas e garantias especificadas no Termo de Referência.	UN	1	
3	Apólice de seguro referente ao veículo VAN/UTILITÁRIO FIAT DUCATO MAXICARGO 2.3 16V DIESEL, Placas JBD9E39 – Porto Alegre/RS, conforme coberturas e garantias especificadas no Termo de Referência.	UN	1	

CLÁUSULA SEXTA – DA DESPESA

6.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Reduzido: 311

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ação: 2034 – Manutenção do SMED

Vínculos: 05000020 – Recursos não Vinculados de Impostos/MDE

Subelemento: 33390396900000000000 – Seguros em geral

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Sanções relativas à Execução do Contrato ou do Fornecimento/Nota de Empenho:

7.1.1. O desatendimento, pelo CONTRATADO, de quaisquer exigências do Contrato ou Ata de Registro de Preços e seus Anexos, garantida a prévia defesa e, de acordo com a infração, o sujeitará às sanções

Av. Flores da cunha, 2209 ó Cachoeirinha óRS CEP 94.910-003

E-mail: compras.administracao@cachoeirinha.rs.gov.br Site: www.cachoeirinha.atende.net Fone: (51)3041-7166



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

administrativas previstas no artigo 7º da Lei nº. 10.520/2002 e artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme segue:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de Licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

7.1.2. Para fins de aplicação das penalidades da cláusula anterior, considera-se a tabela abaixo:

GRAU	ADVERTÊNCIA	MULTA	Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública e descredenciamento
01	SIM	NÃO	NÃO
02	NÃO	0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total do produto e/ou parcela mensal do contrato.	Mínimo: 1 mês – Máximo: 1 ano.
03	NÃO	05% (cinco por cento) sobre o valor do produto e/ou parcela mensal do contrato.	Mínimo: 6 meses – Máximo: 2 anos.
04	NÃO	05% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor do produto e/ou parcela mensal do contrato.	Mínimo: 1 ano – Máximo: 3 anos.
05	NÃO	10% (dez por cento) sobre o valor do produto e/ou parcela mensal do contrato.	Mínimo: 1 ano – Máximo: 5 anos.

7.2.3. Constituem ações e/ou omissões sujeitos às penalidades constantes na tabela anterior:

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
01	Não entregar documentação simples, solicitada pelo Contratante	01
02	Atraso parcialmente justificado na execução	01
03	Atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, por até 30 dias	02
04	Desatender, no prazo, às solicitações do Contratante ou deixar de fazer as correções no objeto	02
05	Atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, por mais de 30 dias	03
06	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução do fiscal	03
07	Não manutenção das condições de habilitação e de licitar e contratar com a Administração Pública durante a vigência contratual	04
08	Inexecução parcial do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento	04



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

09	Inexecução total do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento	05
10	Cometimento de fraude fiscal, durante a execução do Objeto	05
11	Declaração, documentação ou informação falsa, ou adulteração de documentos, ou omissão de informações	05
12	Comportamento inidôneo ou reincidência nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08.	05

7.1.4. No processo administrativo sancionatório, que observará as disposições da Lei 8.666/93, da Lei 10.520/02 e do Decreto Municipal 7589, de 27/12/2022, é assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

7.1.5. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido, a contar do recebimento da Notificação, em 15 (quinze) dias úteis.

7.1.6. As sanções previstas de Multa e Impedimento de Licitar e Contratar poderão ser aplicadas cumulativamente.

7.1.7. Quando o Fornecimento tiver como objeto Medicamentos/Alimentação/Materiais: médico-hospitalar e odontológicos, a penalidade imposta terá um Grau a mais do que o Grau estipulado na planilha para a infração cometida.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

9.1 – O contrato firmado terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por iguais e consecutivos períodos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 - O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo consentimento ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo, mediante notificação da CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas nos artigos 77 ao 80 da Lei Federal nº 8.666/93, ou ainda judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - Fica eleito o Foro de Cachoeirinha, para dirimir quaisquer demandas oriundas do presente contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

E, estando as partes de pleno acordo, firmam o presente contrato, que depois de lido e achado conforme, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas a tudo cientes, as quais também assinam.

Cachoeirinha, de de 2023.

CRISTIAN WASEM
Prefeito

CONTRATADA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

Anexo V
Termo de Referência

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação dos serviços de seguro veicular para a frota da Secretaria Municipal de Educação.

2. Justificativa:

Tendo em vista que os veículos estão em constante deslocamento para realização das atividades pertinentes da Secretaria Municipal de Educação, é imprescindível a necessidade de cobertura de seguro veicular, evitando possíveis perdas financeiras para a Administração Pública diante de possíveis sinistros com a Frota da SMED.

3. Especificações do serviço:

3.1 Relação de veículos:

PLACAS	VEÍCULO	ANO/MODELO	RENAVAM
JBD9E39	I/FIAT DUCATO MAXICARGO	2021/2021	01289159243
JBU5H52	I/FORD TRANSIT 460 B	2022/2022	01340920589
JBT9I07	I/FORD TRANSIT 460 B	2022/2022	01339381866

Av. Flores da cunha, 2209 ó Cachoeirinha óRS CEP 94.910-003

E-mail: compras.administracao@cachoeirinha.rs.gov.br Site: www.cachoeirinha.atende.net Fone: (51)3041-7166

Página 28 de 31



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

3.2 Serão consideradas as seguintes coberturas:

- a) Cobertura para roubo, furto, batida parcial ou total, alagamento, incêndio e acidentes com terceiros.
- b) Danos Materiais a Terceiros: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- b) Danos Corporais a Terceiros. R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- c) Dano Moral: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- d) Morte/ Invalidez: R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e;
- e) Assistência 24 Horas com guincho até 100 km (cem quilômetros).

3.3 Contratada terá o prazo de 10 (dez) dias consecutivos para a entrega das apólices, contados a partir da assinatura do contrato.

4. DAS OBRIGAÇÕES:

4.1 Da Contratada:

- a) Indicar, no ato da emissão e entrega da apólice e sempre que ocorrer alteração, 01 (um) funcionário para representá-la perante a Contratante, devendo este preposto responder por todos os assuntos relativos à execução do Contrato e atender aos chamados do Gestor da frota, principalmente em situações de urgência, inclusive nos finais de semana e feriados, por meio de telefonia móvel ou outro igual eficaz;
- b) Ressarcir todo e qualquer dano causado à Contratante ou a terceiros, em decorrência de ação ou omissão de sua responsabilidade ou de seus empregados, prepostos ou encarregados;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

c) Dirimir qualquer dúvida da Contratante e prestar os esclarecimentos que forem solicitados acerca da prestação dos serviços, durante toda a vigência do contrato;

d) Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação vigente, bem como as suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando a Contratante de qualquer demanda ou reivindicação que seja de responsabilidade da Contratada.

4.2 Da Contratante:

a) Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal. Ocorrendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à CONTRATADA para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação da nova Nota Fiscal /Fatura devidamente retificada, iniciando-se nova contagem de tempo.

b) Permitir e facilitar a vistoria dos veículos segurados;

c) Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias à plena cobertura dos veículos descritos neste Termo de Referência;

d) Informar à Contratada sempre que houver sinistro com os veículos;

5. Da Vigência Contratual:

O contrato firmado terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por iguais e consecutivos períodos, conforme previsto no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

6. Dotação orçamentária:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

O TEOR JURÍDICO

Joaquim Francisco Polvora Victoria
OAB/RS 62834 Matrícula 14.051

Michelli Linhares de Bastos
Gestora de Equipe Técnica
Portaria 81/2023

Isabel Cristina S. F. Quadros
Secretária Municipal de Educação
Portaria 4499/2022